

## Ata n.º 10/2022



### Reunião de Câmara realizada no dia 2 de maio de 2022

-----

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila da Lousã, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu ordinária e publicamente o Executivo Camarário com a presença da Senhora Vice Presidente, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, e dos Senhores Vereadores, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana, Alcindo José Gonçalves Quaresma, João António Martins dos Santos e Ricardo Emanuel Soares Fernandes. O Senhor Presidente da Câmara encontrava-se ausente, por motivo de férias.

-----

-----

Às dez horas e quatro minutos, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos, em substituição do Senhor Presidente, que se encontra de férias.

-----

#### 1 - Período antes da Ordem do Dia

-----

O Senhor Vereador Victor Carvalho tomou a palavra começando por apresentar uma Moção do seguinte teor: *“APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA SERRA DA LOUSÃ”- Considerando que: 1.º) A Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), prescreve que é atribuição do Município a promoção do desenvolvimento (alínea m) do n.º2 do artigo 23.º-). Prevê também a alínea u) do n.º1 do artigo 33.º da referida Lei que compete à Câmara Municipal “Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças “. Prevê ainda a alínea ff) do n.º-1 do mesmo artigo que compete à Câmara Municipal “Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal”. 2.º) Ao nível do desenvolvimento do setor económico e*

empresarial o Município tem implementado várias medidas, em parceria com a AESL — Associação Empresarial Serra da Lousã, desde há vários anos, que se têm mostrado profícuas e com resultados obtidos bastante positivos; 3.º) Particularmente, desde 2020, esta parceria tornou-se mais efetiva, com o intuito de replicar e reforçar algumas das medidas implementadas em anos transatos, pelo sucesso obtido, e ainda implementar uma série de novas medidas destinadas, designadamente à restauração e ao Comércio e serviços, que têm como objetivo apoiar estas áreas de atividade a recuperar e ou atenuar o impacto causada pela crise económica motivada pela Pandemia Covid-19. 4.º) Se atendermos a que o comércio, os serviços e a restauração na Lousã empregam 1400 pessoas, que falamos de cerca de 350 empresas, 50% do total de empresas do concelho, que representam 25% postos de trabalho e 25% volume negócios. Nestes números está muito do nosso comércio tradicional. Se atendermos que, ao não estimular devidamente o comércio tradicional corremos mais riscos de ver os nossos empresários a fechar ou até a deslocalizar os seus negócios, o que implicará inevitavelmente perda de receita para o município e provavelmente mais investimento em apoios sociais. 6.º) Entendemos que o trabalho da AESL — Associação Empresarial Serra da Lousã deverá ser também medido pelos resultados, devendo os bons resultados ser reconhecidos para que sejam uma constante no tecido empresarial da Lousã. Propõem os Vereadores eleitos pela coligação PPD/PSD-CDS/PP “É Hora de Mudar” que o apoio financeiro a atribuir à AESL — Associação Empresarial Serra da Lousã, seja composto por duas componentes, uma fixa e outra variável, sendo que a componente fixa deverá ser reavaliada, anualmente, de acordo com o caderno de atividades. Assim, uma componente fixa, no valor global de 30.000,00 € (trinta mil euros), destinado a:

Atividades de dinamização de ofertas turísticas —	EUR: 3.000,00	-----
Atividades de dinamização do comércio local —	EUR: 12.000,00	-----
Rede de consultores de apoio —	EUR: 2.000,00	-----
Ação “Aqui há Natal” —	EUR: 3.000,00	-----
Apoio anual ao funcionamento —	EUR: 10.000,00	-----

Quanto à componente variável, deverá a mesma ter em conta vários fatores, servindo o valor de Derrama cobrado pelo Município de base podendo ser ainda

majorado pelo saldo de empresas instaladas no concelho de acordo com o seguinte quadro: Escalão de cobrança:-----

Derrama Cobrada EUR:0 - e - <= EUR: 450.000,00€ -1,00%-----

> EUR: 450.000,00 - e - <= EUR: 500.000,00 -1,50%-----

> =EUR: 500.000,00 - e - <= EUR: 550.000,00- 2,00%-----

> EUR: 550.000,00 - 3%-----

Majoração + -----

Saldo de Empresas - 0 -10% -----

>1 - e - <=5 - 30%-----

>5 - e - <=8 - 40%-----

>8 - 50%-----

Entendemos ainda que, para este ano, a componente variável deverá ser paga pelo valor mínimo visto apresentarmos esta tabela, conhecendo já os valores de cobrança de derrama. Este significativo reforço de verba constitui também, uma mensagem de esperança e motivação junto dos comerciantes e empresários do nosso concelho que, ao vislumbrarem o fim de uma pandemia, recebem agora os danos colaterais de uma guerra, já por todos nós, repudiada, e que, ameaça sem qualquer sombra de dúvida a nossa economia, refletindo-se ainda mais no comércio tradicional. "Documento integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 1 (um)).-----

**O Senhor Vereador João Santos** interveio e referindo-se à Moção apresentada disse que a proposta sobre o apoio à Associação Empresarial Serra da Lousã, adiante designada por AESL, inscrita na Ordem de Trabalhos para aprovação, foi analisada pela Câmara Municipal em conjugação com aquela associação. Informou que resultante desse trabalho conjunto ficou acordado de que seria feita uma avaliação mensal da atividade da AESL e dos empresários e, na eventualidade de ser necessário um reforço na área de comércio e serviços, seria proposto ao Executivo. Relativamente a esta Moção, disse que não é contra, todavia, para a poder votar, teria, previamente que a analisar e de ter conhecimento dos impactos financeiros dadas as variáveis que a mesma apresenta. Referiu que é normal que existam moções apresentadas pela oposição, no entanto, deveria ser, igualmente, uma preocupação por parte dos Senhores Vereadores do PSD, a sustentabilidade

49  
Refer' das mesmas. Sublinhou que não retirava mérito ao conteúdo da Moção, mas, no seu entendimento, é necessário analisá-la com alguma serenidade e ter algumas projeções com base no que foi nos anos anteriores, a fim de perceber o significado dos apoios financeiros prestados. Adiantou que a proposta que vem hoje a analisar em ponto próprio, e mais à frente, está focada no comércio e serviços e no objetivo traçado pela AESL que identificou como prioritário, até ao final do ano. Trata-se de uma proposta que visa envolver o comércio de forma direta através da rotatividade do dinheiro, ou seja, ao fazerem compras no comércio local as pessoas estão a habilitar-se a prémios bimensais com alguma expressão, até ao final do ano, sendo que o mês de dezembro será reforçado em função dos festejos da quadra do Natal. Frisou que foi o solicitado pela AESL e esta base de negociação foi sempre com o compromisso de a Câmara Municipal poder analisar outras medidas que possam contribuir para o desenvolvimento destes serviços que significam 50% dos postos de trabalho do concelho. Concluiu dizendo que, apesar de assistirem ao encerramento de alguns estabelecimentos, constata-se que outros, também, na área de comércio e serviços, estão a abrir.-----

**O Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interveio para reforçar que, pese embora toda a boa vontade e interesse subjacente à Moção apresentada, dado ter a ver com o impacto financeiro não há viabilidade de ser aprovada sem antes ter uma avaliação técnica pelos serviços. Referiu-se aos licenciamentos zero de comércio e serviços, dando nota que alguns estabelecimentos encerraram, desde o início do ano, mas, também por outro lado, nos últimos dois meses tem havido um número significativo de estabelecimentos a abrir o que revela dinâmica e, por isso, tem a esperança de que com estes incentivos e outros se consiga “*dar a volta por cima.*”

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** solicitou a palavra e agradeceu a análise à Moção apresentada, e afirmou que compreende que será complicado para o Executivo tomar decisões sem ter a real noção dos impactos financeiros que podem estar por trás de uma proposta, no entanto, e neste caso específico, disse que tomara a Câmara Municipal que o impacto positivo máximo fosse na ordem dos vinte e dois mil e quinhentos euros, mais os cinco mil de aumento. Reiterou que, tomara a Câmara Municipal dar à AESL dar um apoio financeiro no ano de 2023 a título variável neste valor, porque significaria que tinha cobrado mais de

quinzentos e cinquenta mil euros de Derrama e que se tinham instalado mais de oito empresas novas no concelho, ou, pelo menos, que o saldo das empresas fosse esse. Concluiu afirmando, citando: *“estão a discutir trocos e ao longo deste ano económico, terei oportunidade de aqui votar outras situações e de ver outros investimentos muito superiores a estes e, se calhar, muito menos necessários de forma a apoiarmos o nosso tecido económico. Se nós não dermos um sinal de esperança, de apoio e encorajamento a grande parte destes empresários que estão instalados na Lousã e outros que não estão, mas que poderão ponderar instalar-se cá, se não revitalizarmos com um conjunto de atividades, o nosso comércio tradicional, corremos sérios riscos de começar a ver, ainda mais, lojas a fechar. Temos zonas e Centros Comerciais, embora o modelo de negócios tenha sofrido algumas alterações, e já não são esses os locais mais procurados, mas temos muita zona em que há muita empresa que tem fechado e tem lutado com dificuldades, e tal como aqui é dito, nós estamos a sair de uma pandemia e, provavelmente vamos entrar, atravessar e enfrentar uma grande crise económica, que já se nota quer pela especulação, quer pela inflação. Os empresários que empregam milhares de pessoas estão inseridos neste segmento que aqui discutíamos: comércio, serviços e restauração, por isso, sim, isto deve ser discutido e reavaliado, anualmente. Acho que devíamos passar esta responsabilidade, também, para a AESL e medir o trabalho que faz no terreno e, depois, com os resultados que tivermos, continuando com um protocolo deste género, com uma componente variável e uma componente fixa, dar mais autonomia e recursos financeiros para a associação fazer o seu trabalho. Se, por outro lado, entendermos que o trabalho não está a ter frutos, voltamos à estaca zero. Refiro que eu, também, para elaborar este documento consultei a AESL e quis ouvir quais as reais necessidades dos empresários da Lousã e daí ter chegado a esta conclusão. Não foi apenas porque acordei e lembrei-me de distribuir dinheiro pelas associações, foi por identificar que havia uma necessidade e um poder melhor contribuir para o nosso tecido económico.”* -----

**A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** pediu a palavra começando por dizer que os Vereadores do PSD trabalham e tentam reforçar tudo o que diz respeito ao tecido associativo. Afirmou que a AESL está bem organizada e realçou que estão a

49.  
Refer' / discutir um valor que é fruto do trabalho dos empresários, ou seja, de uma componente variável que é algo que eles já pagaram. No seu entendimento, é mais do que justo haver um reinvestimento como forma de estímulo e de sinal, porque mais difícil seria, estar o Executivo Municipal a estimular o tecido empresarial se não existisse uma organização. Reiterou que o valor da Moção apresentada não é muito elevado face ao orçamento global e ao destino a que se apresenta motivo pelo qual se deveria votar favoravelmente este documento em detrimento da proposta a votar no ponto inserido na Ordem de Trabalhos. -----

O **Senhor Vereador João Santos** solicitou de novo a palavra interpelou para dar nota que foi a Câmara Municipal que desenvolveu esforços para que existisse uma associação empresarial, agora reconhecida como importante, no concelho. Seguidamente, e referindo-se ao **Senhor Vereador Victor Carvalho** recordou que nas suas intervenções, no passado, apresentava algumas dúvidas relativamente aos apoios prestados ao financiamento da associação, por isso "*há aqui uma falta de critério.*" Esclareceu que a Câmara Municipal está a aumentar o apoio fixo, e que houve uma negociação para o apoio financeiro para este ano, não impedindo que seja avaliado caso se verifique essa necessidade no decorrer do ano, motivo pelo qual mantem a sua posição e não votará favoravelmente. Este valor contempla ainda apoios logísticos que são contratados diretamente pela autarquia. -----

A **Senhora Vice-Presidente** tomou a palavra começando por dizer que, independentemente da bondade que possa estar intrínseca à Moção, importa referir que autarquia tem trabalhado durante estes anos, sempre, numa lógica de grande dinamismo e articulação com a AESL, estando atenta às dificuldades que têm surgido, nomeadamente com a pandemia, no sentido de estimular, com diferentes dinâmicas, o tecido empresarial, realçou que a Câmara Municipal tem desenvolvido um grande esforço e um trabalho de reforço constante, a fim de responder às necessidades que foram surgindo. Subscrevendo as palavras do **Senhor Vereador João Santos**, sublinhou que a proposta que é trazida hoje para votação, no ponto 2.3.3 foi trabalhada com a AESL, e analisada e cabimentada sob o ponto de vista técnico e orçamental, e também no quadro de todos os apoios e frentes de ação da Câmara, também com legitimidade e importância, às quais tem prestado apoio e dado as respostas necessárias tendo em conta o plano do

equilíbrio orçamental. Esta Moção implica uma análise relativa o impacto económico, e, comparativamente à proposta que é apresentada, poderá verificar-se que a mesma foi objeto de enquadramento orçamental e foi cabimentada sem o qual não havia viabilidade legal de a remeter ao Executivo. Esclareceu, ainda, que qualquer proposta que implique alteração de cabimentações e/ou apoios financeiros ou despesas tem que ser, previamente, analisada pelos serviços técnicos de contabilidade e por estas razões, não será possível votar favoravelmente esta Moção que poderá converter-se em instrumento de trabalho, futuramente. -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** interpelou para dizer que a Câmara Municipal faz, com alguma frequência, alterações orçamentais, pelo que o documento poderia ser cabimentado dessa forma. -----

**O Senhor Vereador Alcindo Quaresma** interveio começando por dizer que não colocava em causa tudo o que foi dito até ao momento, todavia, e referindo-se à intervenção do **Senhor Vereador João Santos** quando falou sobre a proposta de apoio apresentada pelo Executivo a aprovar em ponto próprio, mais à frente, nesta reunião, disse que foram negociadas as questões e foi feita a avaliação, todavia, a proposta apresentada não refere, nem evidencia nada e como o PSD não participou nestas negociações, não sabe o que foi discutido e é apenas a proposta tal qual está presente à reunião que têm como base de informação, ou seja, é um apoio fixo que está dividido em cinco itens e são estes os únicos dados. Uma vez que não foram consultados, não participaram nas negociações, nem tiveram conhecimento daí a apresentação da Moção, caso contrário, certamente não o fariam. Deixou o alerta da necessidade de melhorar a comunicação interna entre os vários elementos do Executivo, porque os Vereadores do PSD não dispõem de muita informação. Adiantou ainda, citando: *“o que está aqui não nos diz que vai ser avaliado, ser alterado, até pode ser aumentado e até pode ter valores superiores àqueles que estamos a falar, porque nós não sabemos disso. Aqui, nesta proposta, não está cá nada disso. Acho que, também, poderíamos melhorar um pouco neste tipo de comunicação e as informações nos chegarem como membros do Executivo com mais detalhe. Se, não podemos participar na elaboração das negociações ao menos que tenhamos conhecimento daquilo que delas saiu.”*-----

*M*  
*Referer*

A **Senhora Vice-Presidente** tomou nota das observações e informou que se trata de um trabalho realizado pelo Vereador que tem o pelouro e o acompanha e que, depois de trabalhado e analisado tecnicamente, apresenta-o ao Executivo.-----

O **Senhor Vereador João Santos** interveio para dizer que ainda não estão no ponto de discussão da proposta. Reiterou que já foram feitos vários reforços, nomeadamente em tempo de pandemia e acrescentou que não tem conhecimento da posição da AESL relativamente a esta Moção, entende que o documento poderá ser acolhido como instrumento de trabalho. Acrescentou, ainda, que foi apresentada uma candidatura conjunta, liderada pela AESL e com o suporte financeiro e técnico da Câmara Municipal, à medida do PRR – os bairros comerciais digitais, e que, em caso de validação, haverá uma fase de muito investimento e de garantia de uma cota expressiva muito superior a esta. Concluiu dizendo que não está a retirar valor à Moção nem ao que é apresentado, antes, porém, poderá ser trabalhada com o apoio da própria AESL.-----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** acrescentou, citando: *“tenho mais alguns fatores que podem aqui entrar, não os quis introduzir todos para não gerar mais confusão e mais dificuldade na análise dos valores. Se for oportuno e se entenderem, depois falamos.”*-----

A **Senhora Vice-Presidente** frisou, uma vez mais, que não retirando o valor ao que presidiu à moção, terá de ser encarada como uma proposta de trabalho. Assim, e encerrando a discussão, colocou à votação a Moção “APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA SERRA DA LOUSÃ”, foi rejeitada com três votos a favor do PSD e três votos contra do PS. A **Senhora Vice-Presidente** usou da faculdade prevista no nº 1 do art.º 33 do DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro, Código do Procedimento Administrativo, adiante designado por CPA, na sua atual redação.

A **Senhora Vice-Presidente**, o **Senhor Vereador João Santos** e o **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** apresentaram uma Declaração de Voto conjunta do seguinte teor: *“Moção “Apoio financeiro à AESL – Associação Empresarial da Serra da Lousã” apresentada pelos Vereadores eleitos pela coligação PSD/CDS-PP, na Reunião de Câmara de 02 de maio de 2022. Considerando que da Ordem do Dia constava uma proposta de atribuição de apoio financeiro à AESL, previamente discutida com esta entidade, fundamentada pelas ações a desenvolver e que o*

valor de EUR: 25.000.00, foi devidamente cabimentado e integrado nas Grandes Opções do Plano desta Autarquia. Reconhecendo a importância do trabalho em parceria com o tecido económico do Concelho, o papel da AESL na representação dos seus associados, bem como no relevante contributo para a dinamização da economia e comércio local, a Câmara Municipal da Lousã atribui, anualmente, um apoio financeiro a esta Associação. Do mesmo modo – e quando tal se justifica pelo interesse público – a Câmara Municipal presta também apoio logístico e institucional à organização de outros eventos e iniciativas da Associação. Estes apoios são, sempre, coordenados com a AESL e justificados pela pertinência das ações desenvolvidas, em coorganização ou com a Câmara Municipal como apoiante. Entendemos, ainda, pertinente destacar que o valor em causa – independentemente de se vir a revelar no futuro a necessidade de um apoio suplementar – foi aquele que se revelou como o adequado para a realização das atividades propostas à data. Assim, os Vereadores abaixo assinados, entendem que a proposta apresentada não vem acompanhada do necessário estudo de custo / benefício a que a boa gestão obriga e que a mesma carece de avaliação técnica, pelo que – salvaguardando a importância da atuação e da parceria com a AESL – votamos contra. Documento integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 1-a (um-a)). -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** interveio, novamente, a fim de tecer algumas considerações. Começou por dar nota que durante as últimas semanas decorreram os espetáculos Musical Louzan, Hélder Bruno Martins e Eugénio Rodrigues, frisou que dois deles tiveram lugar na Igreja Matriz e outro na Status Arena que tem sido um espaço alternativo à falta do cineteatro da Lousã que continua com as obras de modernização por concluir, aproveitando para questionar pedir o ponto de situação. Sugeriu a atribuição de um Voto de Reconhecimento ou Agradecimento ao responsável por estes três espetáculos, porque foi muito interessante poder vivenciar este tempo, após o período pandémico. Deu nota do início dos festejos em honra da Nossa Senhora da Piedade, com a primeira procissão que acompanhou desde o Santuário até à Igreja Matriz regozijando-se com o facto de voltar a ver as pessoas na rua. Solicitou esclarecimentos sobre a alteração de horários da CP em cerca de cinco minutos, em ambos os sentidos, mas que faz

5  
P. 135

toda a diferença e dessincronização para quem tem horários de trabalho a cumprir e disse que teve conhecimento que foram feitos inquéritos em horário não laboral, pelo que perguntou se já existiu algum contacto com a CP, no sentido de perceber como se poderá minimizar este impacto de alteração do horário. Questionou se a CIM-RC já tomou alguma posição ou o que é que está a ser desenvolvido em relação aos passes sociais dos SMTUC, porque no seu entendimento, a Lousã é dos poucos concelhos que ainda não aderiu e é, também, importante prestar este auxílio às famílias Lousanenses. -----

**A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** interveio começando por dizer que tem conhecimento que não é, diretamente, da competência da Câmara Municipal, dada a delegação de competências para as Juntas de Freguesia, todavia, e ainda assim, alertou de que foram abordados no sentido de haver ausência de limpeza nas bermas da zona de Prilhão e Boque, embora, também, saiba que as condições climatéricas condicionam e favorecem o crescimento de vegetação. Seguidamente pediu o ponto de situação dos refugiados da Ucrânia no Concelho da Lousã. Concluiu a afirmar, citando: *“nós já sabemos que o trabalho da oposição não é um trabalho fácil, é um trabalho desafiante que fazemos com muito orgulho, só que, às vezes, também, não facilitam o nosso trabalho. E, quando nós apresentamos propostas é no sentido, sempre, construtivo e, como disse o Senhor Vereador Alcindo Quaresma e muito bem, quando nós aqui chegamos as nossas propostas nunca têm cabimentação orçamental. Mas há sempre revisões ao orçamento. Aconteceu muitas situações. Esse tipo de resposta não me cai bem. Politicamente, não é uma justificação. Está bem que nós somos da oposição, mas, se nós tivermos conhecimento das coisas com mais tempo de antecedência e não aqui, na reunião..., eu tenho a sensação que só venho aqui votar um documento e nós, só estamos aqui para votar. Isso não é grato. Só vou dar mais um exemplo, a demissão do Comandante Melo que já aqui foi tantas vezes falada, oficialmente, acho inadmissível que os Vereadores da oposição não tenham tido uma cópia do pedido, legalmente, nem sei se não deveríamos ter sido informados. Ontem, estivemos numa cerimónia, oficialmente, soubemos pela boca do Senhor Comandante. Nós não somos inimigos, nós estamos aqui num processo construtivo. É essa a nossa posição e acho que temos todos a ganhar se, de vez em quando em*

*processos em que vocês sabem que nós estamos dispostos a colaborar que as propostas que nós damos que não sejam para o futuro, que sejam no presente, mesmo que não cheguemos a acordo e que não cheguemos aqui com uma mão cheia de nada.*” -----

O **Senhor Vereador João Santos** usou da palavra, começando por prestar esclarecimentos às questões colocadas, relativamente ao seu pelouro. Sobre os horários da Metro Mondego - CP informou que foram feitos trezentos inquéritos, em vários horários. Chegaram duas reclamações que foram encaminhadas para a Metro Mondego responder aos munícipes. A alteração de horário tem o objetivo de proceder a ajustamentos com os novos horários a aplicar após a implementação do Sistema de Mobilidade. A melhoria de serviços solicitada foi a oferta ao fim-de-semana, os intervalos com menor espaço entre os serviços e a introdução de serviços rápidos fora do período de ponta. A Metro Mondego acolheu estas medidas e tornou o horário mais cadenciado, fez a alteração de leitura do formato do horário que não era acessível. Na globalidade, foi mantida a oferta e melhorada com a introdução destas adaptações, foi, ainda, garantido um serviço de serviços rápidos diretos e semirectos. A adaptação de horários segundo a informação prestada pela Metro Mondego é positiva e o desfasamento de cinco minutos não teve impacto, apesar de a Câmara Municipal estar atenta à situação e não ter recebido nenhuma reclamação sobre isso. Sobre os passes sociais dos SMTUC, disse que a Autoridade de Transportes na região é a CIM-RC que está a trabalhar no sistema a fim de os SMTUC virem a integrar os serviços da Metro Mondego. Concretamente em relação ao passe social comprometeu-se a questionar a situação, junto da CIM-RC e dos SMTUC, a fim de perceber o ponto de situação, embora nunca lhe tivesse chegado nenhum pedido nesse sentido. Sobre a questão da limpeza das bermas, para além das enunciadas, disse que ainda há outras, fruto das condições meteorológicas e do crescimento acelerado da vegetação que torna muito difícil a permanente limpeza dos espaços. No entanto, tem conhecimento pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de que os trabalhos de limpeza teriam início esta semana. Neste momento, a dimensão da freguesia e do concelho faz com que seja necessário recorrer a prestadores de serviços externos. A Câmara Municipal tem dois prestadores de serviços para dar resposta nas zonas

de jardins e rotundas, associado, ainda, os serviços internos da autarquia. Reconheceu o trabalho assertivo desenvolvido pelos serviços da autarquia em parceria com as Juntas de Freguesia por forma a dar a resposta adequada. Ainda em resposta à sugestão de proposta de mérito ou reconhecimento aos espetáculos, deu nota de que para além dos enunciados houve outros, nomeadamente na Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras e no âmbito da Rede Cultural Terras da Chanfana com grande qualidade e dimensão. Destacou o espetáculo, onde esteve presente, com o agrupamento das várias filarmónicas dos quatro concelhos, no âmbito da Rede Cultural Terras da Chanfana dirigido pelo maestro Luís Miguel Clemente, da Orquestra Atlântica. Destacou, igualmente, a dinâmica do concelho nas comemorações do 25 de Abril que decorreu durante todo o fim-de-semana, bem como as várias manifestações de liberdade e onde foi possível, também, apoiar os agentes económicos ligados à restauração. Assinalou a inauguração do Ecocentro e do Centro de Recolha Animal, adiante designado por CRA realçando que era um objetivo que estava identificado. Deu nota dos serviços em curso, para além da limpeza de bermas como referiu anteriormente, a parceria de serviços conjuntos com as Juntas de Freguesia, a fim de dar resposta às necessidades que vão surgindo. Disse que se vai entrar numa fase de grande exigência para os serviços com a preparação de algumas iniciativas, nomeadamente o Rally entre outros.-----

**O Senhor Vereador Alcindo Quaresma** interveio no seguimento da observação às comemorações do 25 de Abril, dizendo que concordou com o que foi dito, que foi um dia em que ocorreram muitas atividades e é uma forma de celebrar a data. Todavia, disse que não convém esquecer o significado desta data, não pode ter só ações no terreno e a sessão solene deverá ser, na sua perspetiva mais participada e não se restringir a um ato formal. Essa deverá ser, no seu entendimento, uma preocupação por parte do Executivo. -----

**O Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interveio para dizer que não podia votar favoravelmente a Moção, embora não lhe retirasse o mérito, porque desconhece os impactos que a mesma implica ao nível financeiro. Seguidamente, deu nota da inauguração de duas obras muito importantes para o concelho: o Ecocentro e o CRA, na Zona Industrial do Alto do Padrão e que têm como objetivo dar a resposta

da autarquia, nas áreas do bem-estar animal, que neste momento está com trinta e quatro animais, e na gestão de resíduos e sustentabilidade ambiental. Deu nota que o CRO já teve procura relativamente às antigas instalações em número de visitas para procura de adoção em mais de duzentos por cento. Referiu-se à forma nobre, dedicada e participada como decorreu o 118º aniversário do Corpo de Bombeiros Municipais, em que foi possível a união presencial, para os bombeiros, famílias e amigos que se quiseram associar, como bom regresso à normalidade, após o período pandémico. No âmbito da gestão de faixas de combustível, informou que foi aberto um concurso público, por cerca de cem mil euros, para a execução deste trabalho, em três lotes: um lote dedicado à Serra da Lousã que envolve a estrada 236, estrada das aldeias, o acesso à Cerdeira, a estrada das Hortas, bem como a faixa de gestão de proteção das Aldeias de Xisto, praticamente concluído em estrada. Neste momento, estão a iniciar os trabalhos de proteção da faixa de gestão em volta das aldeias, a nível de sopé, o acesso à Senhora da Piedade, este já concluído, o acesso à zona do Espinho, entre Cacilhas e Marco do Espinho, Zona Industrial do Alto Padrão, Vidual, estrada do Cume e um conjunto de acessos na zona de Casal de Ermio, Vale da Ursa a Framilo, Casal de Ermio – Serpins, Serpins – Vale Madeiros, Serpins – Olho Marinho, Serpins – Quatro Águas, Candosa, Serpins – Avessada e Serpins – Vale da Ursa, Covão, faltando apenas o acesso a Cabanões. Disse que a Câmara Municipal vai cumprir o objetivo e obrigação até ao final do corrente mês de maio. Referiu que no passado sábado terminou o prazo para a limpeza dos terrenos florestais para os proprietários, arrendatários e usufrutuários, no âmbito da prevenção contra incêndios. Informou que a Câmara Municipal tem vindo a acompanhar e a sensibilizar para este assunto, nomeadamente ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente – SPNA, da GNR. -----

**A Senhora Vice-Presidente** tomou a palavra começando por agradecer a todos as diversas intervenções e sublinhou que *“nesta sala exercemos a democracia e todos os contributos são fundamentais e importantes.”* Deixou o desafio em tom de reflexão para todos, como deverá ser a melhor forma de comunicar sem deixar equívocos. Seguidamente, agradeceu aos **Senhores Vereadores João Santos e Ricardo Fernandes** que, em relação aos seus pelouros, prestaram os

mi  
esclarecimentos solicitados. Sublinhou que nas suas intervenções refere em Cultura e continuará a fazê-lo, porque se trata de um fator importantíssimo de desenvolvimento das comunidades, e, enfatizou que não se circunscreve, de modo nenhum, a um cineteatro. O cineteatro é, sem dúvida, um equipamento fundamental e ninguém mais do que este Executivo, que está a trabalhar empenhadamente para a conclusão das obras o deseja e lamenta as situações que, pela conjuntura, impedem que as obras avancem com a rapidez que desejam, mas estão convencidos que vai avançar e a prova é que já estão a trabalhar na candidatura do modelo de gestão do cineteatro. Mas a cultura tem acontecido em múltiplas manifestações. Reforçou que tem sido desenvolvido pelas equipas ligadas à Cultura e Turismo e à Educação um esforço enorme, quer durante o período da pandemia, quer no pós pandemia, a fim de ajudar todas as associações recreativas e culturais que existem no Concelho da Lousã, preparando candidaturas para eclodir a partir deste momento. Sublinhou que, citando: *“a maneira que nós temos de elogiar e reconhecer o trabalho, é estarmos presentes. É termos afluência, visitarmos, conhecermos, é passarmos pelas exposições, passarmos pelos concertos, e acompanharmos a atividade cultural.”* Para além dos eventos referidos anteriormente, e pelo senhor vereador João, acrescentou ainda o Museu do Circo que tem estado, consecutivamente, com casa cheia, respondendo a diferentes públicos, porque é esse o objetivo, também, de uma programação cultural. Referiu toda a atividade que está a acontecer ao nível das diferentes associações e academias, dos grupos de teatro, realçando que os concertos mencionados pelos senhores vereadores foram resultado de candidaturas da câmara e de candidaturas próprias, com o apoio e incentivo da Câmara, referindo que o concerto de Eugénio Rodrigues teve a presença da Antena 2. Referiu ainda a programação para a infância que está a decorrer e da programação para bebés, a programação dos museus, do Plano Nacional das Artes, o recente reconhecimento da Academia de Bailado com medalhas em várias categorias. Afirmou que a comunidade Lousanense deve estar orgulhosa do trabalho que é feito. Reiterou que a melhor resposta que podemos dar, é estarem atentos à programação, porque a Câmara Municipal divulga, mas não está a enviar, normalmente, convites personalizados ao Executivo, entendendo que estão todos, sempre, convidados, assim como a

comunidade em geral. O cineteatro é um equipamento que irá só potenciar mais esta dinâmica e revitalizar, ainda mais, o tecido recreativo e cultural. Fez, também, uma referência à procissão da Senhora da Piedade, que teve lugar ontem, com a presença significativa da população que se associou a um evento concomitantemente religioso e cultural. Sobre os refugiados da Ucrânia, prestou informação detalhada sobre o assunto, destacando que a Lousã acolheu cerca de quarenta pessoas, algumas das quais já se reorganizaram para reestruturar as suas vidas e, por opção, foram embora. Outras ficaram e estão acolhidas em casas cedidas para o efeito. Oito crianças estão já a frequentar a escola, foram bem acolhidas e integradas pelo Agrupamento de Escolas, com materiais disponibilizados pela Câmara, a quem foram atribuídos professores de apoio, pelo Ministério da Educação, que providenciou à semelhança dos outros alunos, o restante material informático. Informou que já estão a decorrer, no Centro Paroquial, as aulas de português para os Ucrânicos adultos, da responsabilidade do IEF, que está também a preparar, em articulação com a equipa de Intervenção Social e da Segurança Social, as propostas para a integração na bolsa de emprego. Deu nota que duas empresas do concelho se ofereceram para pagar a renda de casa durante um ano e que existe a possibilidade de arrendamento de casas com a participação do IHRU. Deu nota que as pessoas, também, estão a ser acompanhadas pela Equipa de Intervenção Social a quem prestou reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, estando a ser apoiadas pelas, sempre que necessitam, pelo MAPSES. Informou que a Câmara Municipal, a menos que seja uma situação excepcional e de emergência, não vai fazer acolhimento de mais pessoas, porque pretende que a resposta que dá deve ser sustentável e esgotou a capacidade de intervenção, nomeadamente no que diz respeito ao alojamento. Relativamente ao 25 de Abril afirmou que não se pode permitir que se torne apenas numa formalidade e se esqueça o sentido desta data, por esta razão existe um trabalho muito próximo, nomeadamente com as escolas que trabalham o tema em todas as faixas etárias. Salientou um conjunto de atividades que decorreram e ainda estão a decorrer durante mais três semanas. Deu como exemplo o “Conta-me como era, antes”, em que as crianças estão a pesquisar e trabalhar conjuntamente com os professores e construir um painel “descubra as diferenças”, trabalho que

considera interessante trazer a público para conhecimento de todos. Deu ainda nota que a efeméride, além do plano dos três dias, foi ainda assinalada com música, concertos, painéis e trabalho disciplinar e interdisciplinar com outras iniciativas nos museus e na biblioteca. Informou, ainda, que já estão a trabalhar nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Citando: *“Cabe-nos a nós, que somos atores do pleno exercício da democracia, não deixar que seja tido por garantido aquilo que não é, e continuemos, todos, com mais formalidade, no terreno, em pequenas ações que às vezes não se vêm nos grandes programas, mas que são presentes, feitas a miúdo, não deixar que esse esquecimento exista* Disse que, também, esteve associado às comemorações do 25 de Abril uma abertura à comunidade do Jardim do Freixo que ainda não tinha sido possível abrir. Reiterou que não foi nenhum convite especial dirigido a ninguém, porque fazia parte integrante da programação das comemorações. No entanto, para quem não teve oportunidade de visitar, disse ter muito gosto em acompanhar numa próxima visita a este edifício de modelo centenário, onde foi possível criar uma escola com espaços polivalentes, abertos e abertos a outros modos de ensino. Congratulou-se com a abertura do Ecocentro na esperança do que possa vir a significar para toda a comunidade e ao 118º aniversário do Corpo de Bombeiros Municipais. Concluiu, referindo que decorreu, esta semana, o concurso Intermunicipal da Leitura, cuja cerimónia decorreu na Lousã que recebeu os melhores leitores dos dezanove municípios e referiu, também, os Jogos da Freguesia, uma iniciativa da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, em articulação com o Agrupamento de Escolas da Lousã, Associações de Pais e Status, que a Câmara apoiou, que juntou uma equipa internacional, com grande impacto na Comunidade Educativa e que se inscreve na iniciativa de preservação dos Jogos Tradicionais e da importância do brincar. Salientou o trabalho desenvolvido por todos os parceiros, sem exceção neste evento. -----

## **2 - Ordem do Dia** -----

### **2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 18 de abril de 2022.**-----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº

75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a Ata da Reunião de Câmara realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e dois. -----

## **2.2 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara:-----**

**2.2.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a isenção de pagamento de taxas municipais da licença de recinto improvisado e da licença especial de ruído à Irmandade da Nossa Senhora da Piedade, relativas à organização das Festas do ano de 2022 em honra da Nossa Senhora da Piedade. -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a isenção de pagamento de taxas municipais da licença de recinto improvisado e da licença especial de ruído no valor de EUR: 118.40, à Irmandade da Nossa Senhora da Piedade, relativas à organização das Festas do ano de 2022 em honra da Nossa Senhora da Piedade. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 2 (dois)).-----

## **2.3 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Santos:-----**

**2.3.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um voto de reconhecimento ao atleta Diogo Cancela, pelos resultados obtidos no VIII Torneio de Natação Adaptada, organizado pela Associação de Natação do Norte de Portugal, nos dias 9 e 10 de abril de 2022, no Complexo de Piscinas de Campanhã, no Porto.-----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento ao atleta Diogo Cancela, pelos resultados obtidos no VIII Torneio de Natação Adaptada, organizado pela Associação de Natação do Norte de Portugal, nos dias 9 e 10 de abril de 2022, no Complexo de Piscinas de Campanhã, no Porto. Este voto é extensivo à Associação Louzan Natação/Efapel e a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para os excelentes resultados alcançados. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 3 (três)).-----

2.3.2 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um apoio financeiro à ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, no montante de 3.600,00 €, no âmbito do projeto RECINCLUSA. -----

O Senhor Vereador Alcindo Quaresma pediu esclarecimentos sobre a atribuição deste apoio, nomeadamente se é um apoio extraordinário. -----

O Senhor Vereador João Santos esclareceu que se trata de um apoio que já tinha sido deliberado em ano anterior e destina-se a manter o apoio global a este projeto. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição de um apoio financeiro à ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, no montante de EUR: 3.600,00, no âmbito do projeto RECINCLUSA. O valor em causa foi cabimentado e comprometido no dia 21 de abril de 2022, através do documento interno nº 146/2022, na rubrica orçamental 0102/040701 e no projeto das GOP com a designação 02 232 2021/19-1. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 4 (quatro)). -----

2.3.3 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um apoio financeiro à AESL - Associação Empresarial Serra da Lousã, no valor global de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros), destinado a apoiar várias atividades. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para declarar que o PSD não vota contra esta proposta de atribuição de apoio financeiro à AESL, porque entende que merece ser implementada, mas abstém-se nesta votação na medida em que, no entendimento do PSD, a medida é insuficiente, conforme teve oportunidade de expor durante o período de apresentação e discussão da Moção, não contemplando outros apoios a dar, quer a nível logístico, quer na eventual necessidade de reforço financeiro e, como não vem evidenciada na proposta apresentada esta abertura, entende que não vai ao encontro das verdadeiras necessidades da associação e do tecido empresarial da Lousã. -----

O Senhor Vereador João Santos reiterou que o apoio financeiro foi negociado com a AESL e há rúbricas para os valores solicitados. Por outro lado, felicitou a mudança de paradigma do eleito do PSD Victor Carvalho, porque na última vez que se discutiu este assunto, a sua posição foi totalmente diferente, por isso, entende esta mudança como uma evolução. Reforçou que entende a intenção da Moção porque na altura, a grande preocupação do Senhor Vereador era a subsidiodependência. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho em sua defesa declarou que o Senhor Vereador João Santos não deve confundir nas suas palavras o que é a “subsidiodependência” e o que são medidas de apoio concreto ao apoio à atividade económica. Esclareceu que, o que aconteceu, no ano passado, é que foi prestado um apoio em cerca de cinquenta mil euros, e lembra-se, hoje, do contexto da sua afirmação nessa altura. Frisou que a Moção que apresentou hoje tem uma parte fixa e uma parte variável, e a segunda serve para medir o trabalho da associação e não cair na citada “subsidiodependência”. Citando: *“Portanto, o que disse no ano passado volto a frisar, temos que ter o cuidado de não deixarmos as nossas associações caírem na subsidiodependência e a Moção/Proposta, deste ano, diz precisamente isso.”* ----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria com três abstenções do PSD aprovar a proposta de atribuição de um apoio financeiro à AESL, no valor global de EUR: 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), destinado a apoiar várias atividades, foi aprovada por maioria. A Senhora Vice-Presidente usou da faculdade do nº 1 do art.º 33 do DL n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, do CPA, na sua redação atual. O valor em causa foi cabimentado e comprometido, através do documento interno nº 147/2022, em 27 de abril do ano de 2022, na rúbrica orçamental 0102/040701 e do projeto das GOP com a designação 03 350 2022/70-2. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 5 (cinco)). -----

#### 2.4 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Ricardo Fernandes: -----

2.4.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a aprovação da Tomada de Posição em relação à Carta de Perigosidade e Lei dos Solos. -----

3  
Cunha

A **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** usou da palavra começando por afirmar que embora entenda o teor da proposta, falta o anexo, a que se refere o primeiro parágrafo da mesma. Adiantou que a Tomada de Posição está bastante explícita e essa falha não condiciona o sentido de voto favorável do PSD, porque é pertinente e importante porque *“o facto é que temos um país a duas velocidades.”* Criticou o facto de não existirem medidas de mitigação dos impactos a que o interior está sujeito, nomeadamente as zonas florestais mais sensíveis a estas situações. Disse ter esperança que *“estas situações sejam tidas em atenção de forma a não limitar aquilo que já é tão limitante no nosso território.”* -----

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interveio para esclarecer que o anexo é a própria Carta de Perigosidade e Lei dos Solos, que é pública e está publicada no *site* do ICNF, todavia, não tem qualquer problema em fazê-lo chegar à **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** para analisar e contextualizar o impacto que esta Carta tem ao nível do território Lousanense, e, também, ao nível da zona interior, centro, norte de Portugal. Esta Carta de Perigosidade e Lei dos Solos, tem aberrações, por exemplo, ao nível de praias, na Figueira da Foz, com risco elevado e muito elevado de incêndio florestal, para além de muitos outros impactos ao nível da dimensão do território Lousanense, situação esta que preocupa todos os municípios do Centro do Norte do País, porque está a ser proposto condicionar qualquer atividade económica a instalar-se nos territórios rústicos e o direito de igualdade de tratamento colocando em causa a atratividade de instalação do tecido económico nesta região. Disse, ainda, que condiciona, igualmente, a atividade humana nestas áreas, como por exemplo a realização de grandes eventos. Adiantou que o Senhor Presidente da Câmara e ele próprio já tiveram oportunidade de manifestar esta preocupação ao ICNF, ao Senhor Secretário de Estado e ao Senhor Ministro. Os municípios que fazem parte da CIM-RC e muitos outros da região do interior deste país não concordam e a Câmara Municipal pretende com esta Tomada de Posição, manifestar e dar força a esta não concordância para que, pelo menos, sejam criadas situações de excecionalidade à criação de investimento neste território. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a Tomada de Posição em relação à Carta de Perigosidade e Lei dos Solos,

entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo e remeter um pedido de esclarecimento urgente sobre os pressupostos anteriormente apresentados ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e à Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, remeter um pedido de esclarecimento urgente à Direção Geral do Território relativo à ausência de período de consulta pública antes da publicação da cartografia e, ainda, remeter a presente Tomada de Posição à Senhora Ministra da Coesão Territorial, Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional e Senhor Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas, manifestando descontentamento e solicitando a reapreciação do procedimento e metodologia utilizado, bem como a contemplação de medidas de exceção devidamente definidas no âmbito da proteção contra incêndios, mas que, venham a permitir o desenvolvimento do Interior, colocando este território pelo mesmo em condições de poder disputar a captação de investimento com o resto do País. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 6 (seis)).-----

## **2.5 -Proposta da Senhora Vice-Presidente: -----**

### **2.5.1 - A Senhora Vice-Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação dos apoios concedidos no mês de abril de 2022, no âmbito das Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social.-----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os apoios concedidos no mês de abril de 2022, pela Unidade de Intervenção Social e Saúde, no valor de EUR: 2.861.00 (dois mil oitocentos e sessenta e um euros). A despesa tem cabimentação na rubrica 0102/04080202. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 7 (sete)).-----

## **2.6 - Propostas do Senhor Vereador Ricardo Fernandes:-----**

### **2.6.1 - O Senhor Vereador propõe à Câmara Municipal a isenção das taxas de ocupação de espaço público por esplanadas no âmbito das Medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID19 direcionadas à área da atividade económica e empresas. -----**


 A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a isenção das taxas de ocupação de espaço público por esplanadas no âmbito das Medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID19 direcionadas à área da atividade económica e empresas, tendo em vista mitigar as perdas dos estabelecimentos de restauração e bebidas e, também, de forma a garantir as melhores condições de segurança. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 8 (oito)). -----

**2.6.2 – O Senhor Vereador propõe à Câmara Municipal o prolongamento excepcional dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Concelho entre os dias 19 e 20 de maio de 2022, por ocasião do WRC Vodafone Rally de Portugal 2022.** -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o prolongamento excepcional dos horários de funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais do Concelho entre os dias 19 e 20 de maio de 2022, sem necessidade de alterarem os mapas de horários afixados e sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis sobre matérias laborais e outras, por ocasião do WRC Vodafone Rally de Portugal 2022. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 9 (nove)). -----

**2.7 – Correspondência:** -----

**2.7.1 – Grupo Parlamentar do PCP, a agradecer à Câmara Municipal o envio da Moção "Por um acesso à saúde para todos os Lousanenses."** -----

A Senhora Vice-Presidente a dar conhecimento de uma comunicação do Grupo Parlamentar do PCP, a agradecer à Câmara Municipal o envio da Moção "Por um acesso à saúde para todos os Lousanenses. "O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 10 (dez)). -----

**2.8 – Público:** -----

Não houve inscrições. -----

Nada mais havendo a tratar às onze horas e quarenta e sete minutos, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária. -----

-----  
A Vice-Presidente da Câmara Municipal,

*Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira*

A Secretária,

*Maria de Fátima Lima Martins*

-----